

Versión digital en :
<http://www.uam.es/mikel.asensio>

Introducción a Colecciones Científicas y Patrimonio Natural.

Alice Semedo y Bianca Gonçalves Souza

Universidade do Porto

Editoras invitadas del Volumen 5

Este volume das Atas do III Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (SIAM), que decorreu em Madrid em Outubro de 2011, propõe-vos um conjunto de reflexões sobre coleções do âmbito do património natural e das coleções científicas, sobretudo em contexto universitário. É próprio de toda cultura organizar o mundo material existente. Desde as plantas e os animais, até mesmo as acumulações mais elaboradas, como as científicas e tecnológicas, temos por praxe organizar, para tornar conhecido e apreensível o conhecimento que a cultura material nos oferece. E justamente porque o homem se preocupa em conhecer o universo que o rodeia que, incessantemente, nomeia tudo que o rodeia. Denominar e organizar são, desde logo, formas de tornar o mundo inteligível.

O famoso antropólogo Claude Lévi-Strauss (no seu livro “O Pensamento Selvagem”[1997]) apresenta um artigo denominado “A ciência do concreto”, para explicar como a ciência do nativo é tão ou mais complexa que a ciência do mundo moderno ocidental. É primorosa a abertura do texto, quando o antropólogo enumera uma série de descrições de grupos nativos que quantificam as suas classificações. Os grupos nativos conhecem tantas espécies de animais e plantas quanto nós; no entanto, para simples habitantes das cidades grandes, andar numa floresta é tão complexo que nos perdemos, ao passo que para um homem que reside nesse espaço e que o conhece com os olhos e os demais sentidos, uma árvore é a sua esquina e uma clareira funciona como uma praça: mapeando e tornando a floresta tão bem organizada e esquadrihada na sua mente, quanto as nossas ruas, bairros e avenidas desenhadas geometricamente.

Neste volume, Isabel García abre a reflexão com um artigo no qual – a propósito dos próprios processos de renovação da Universidade – apresenta uma análise e projeto-piloto de valorização das coleções / museus universitários, apoiando a discussão atual sobre as suas missões e relevância, ressaltando não só a gestão e conservação destas coleções mas também a sua integração na prática educativa dos novos programas acadêmicos.

Os três textos que se seguem chegam-nos do universo das coleções e museus de medicina. O texto de Jorge Rivas López, Marta Plaza Beltrán e Milagros González Pietro “Puesta en valor de la colección ceroplástica del museo de anatomía “Javier Puerta” (Facultad de Medicina de Madrid, UCM): registro de alteracionaes de cara a su conservación-restauración”, apesar da particularidade em torno da coleção, contribui, por força da pesquisa abarcada, para uma reflexão sobre o conhecimento médico científico. Com muita acuidade, os autores elencam as etapas de cumprimento de um projeto para levar a cabo a valorização em torno da coleção de objetos feitos em cera. Tal modalidade de aprendizado – manipular o corpo humano com objetos de cera – era já utilizada no mundo antigo por alunos e interessados em conhecer os aspetos dessa máquina. Como a cera tem a capacidade de se moldar de maneira muito semelhante aos órgãos internos e externos dos indivíduos, a cera traz uma possibilidade de tatear e de conhecer tridimensionalmente os itens da anatomia humana. Esta preocupação com a gestão e conservação das coleções é também notória na apresentação que nos faz Juliane Serres da Rede de Museus de Medicina. Rede que é compreendida não só enquanto espaço de reforço de identidades e potencialização de recursos mas também e de forma importante, enquanto espaço dialógico e societal. Qual é a troca que esses museus em rede realizam entre objetos, alunos e outros? Juliane Primon Serres desenvolve no texto “As redes de museus como uma ferramenta de preservação do patrimônio cultural da Medicina no Brasil” já um tanto ou quanto resposta. Segue-se que, não apenas no caso brasileiro, mas em Portugal e na Espanha, há um exercício de manutenção desses espaços museológicos ligados e/ou correlatos ao mundo da Medicina. Como campo do conhecimento, a área médica produz e reproduz diariamente o seu saber: avanços tecnológicos e inovações, novas técnicas e aparelhagens, novos instrumentos e robôs propiciam que outros tantos deixem de ter utilidade e, como isso, passam a ser muito mais interessantes pela possibilidade de ensinar, do que pelo uso que tinham. A rede de museus desenvolvida no texto por Serres é um exemplo de reflexão sobre uma amplitude dada a tais museus, na tentativa de promoção de um intercâmbio e de trocas acerca dos objetos, técnicas, conhecimentos, enfim, há uma cultura material intimamente ligada ao ofício do médico e essa é tão importante no hospital, quanto

no museu. A rede de museus é o suporte sobre o qual também se inscreve o saber médico. Assim como nos objetos, o espaço museológico – enquanto instituição – documenta a realidade e o cotidiano da Medicina, apontando-nos possibilidades de interpretações e inferências sobre a realidade vivida.

O último artigo deste grupo, chega-nos pela mão de Sónia Faria apontando a urgência de mudança de paradigma e, apesar de nos falar de uma experiência em ambiente hospitalar, é também do contexto universitário que parte pois é de um hospital com ensino universitário que se trata e de um estudo que, em primeira mão, resultou de uma parceria entre o Hospital e o Curso de Mestrado da Universidade do Porto. Quando tratamos de ciência moderna, partimos do pressuposto já determinado de uma organização de saberes. Esses saberes são produzidos e reproduzidos em salas de aula e em outros espaços, não propriamente didáticos, porém tão ricos de conteúdo quanto um livro e uma doutrina científica, como os laboratórios, jardins botânicos, coleções particulares. No que diz respeito a essa reflexão, o artigo de Sónia Castro Faria, “Coleções de Medicina: paradigma emergente”, abre-nos a possibilidade de pensar sobre a formação de coleções médicas e o valor científico que adquirem na formação dos profissionais.

A reserva visitável do Laboratorio Chimico do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa é o tema do trabalho apresentado aqui por Ana Romão, espaço que tem contribuindo, argumenta, para uma interpretação integrada da coleção no espaço e para uma ampla acessibilidade, possibilitando múltiplas leituras e utilizações dos objetos. Paulo Noronha Filho e Patrícia Mendes partilham connosco um seu estudo sobre a história dos objetos de ciência e tecnologia enquanto produtos da cultura material a partir das coleções de instrumentos científicos das Oficinas da Escola de Engenharia de Juiz de Fora demonstrando bem a importância e interesse que estes estudos têm assumido no âmbito museológico.

Mas não só de Medicina tratam os museus científicos e, nesse ínterim, o artigo de Paulo de Melo Noronha Filho e Patrícia Muniz Mendes, acerca da “História dos instrumentos científicos das oficinas da escola de Engenharia de Juiz de Fora” demonstra. O texto reproduz imagens e conta-nos brevemente a trajetória da escola que se tornou universidade e como, com o caminhar de pesquisas e atividades académico-científicas, e, depois, com os avanços que suplantaram antigas máquinas do parque tecnológico da escola de Engenharia, muitos foram tornados parte de uma coleção de maquinário, documentos e projetos efetuados dentro dessa instituição.

Por fim, o património natural, pode ser estimado como científico também? Novamente retomando o texto do professor Lévi-Strauss, ele nos conta que a ciência do concreto do homem selvagem é tão ou mais complexa que a nossa, do mundo ocidental racional, pelo fato de que dominar a Natureza é conhece-la e denomina-la. Isso não dista daquilo que nosso pensamento científico produz.

Todavia, uma lição do Michel Foucault (2005) nos deixou é que o conhecimento, ainda que existente, torna funcional conforme a abrangência e a possibilidade de institucionaliza-lo. Em suas lições dos anos de 1970, ele conta como se deu a passagem da História Natural – grosso modo, uma curiosidade acerca da vida – para a formação de uma ciência moderna chamada Biologia. A primeira não era ciência, a segunda sim, porque seu propósito é produzir um conhecimento embasado naquilo que é classificado e denominado por uma sociedade.

Não há como não interpretar o texto de Elisama Beliani e Tereza Scheiner “As contribuições da museologia para a preservação do Parque Nacional da Tijuca”, no Rio de Janeiro. Como um parque, o espaço é também um museu, pois não? Caso encaremos o museu, nesse sentido, como um espaço para além de um grande abarcador de coleções, e sim como lugar de produção de um saber e de reprodução de discursos, então o parque certamente pode contar com tais contribuições, analisadas no texto, levando em conta que sua coleção é organizada e é apropriada pelos olhos das pessoas que reconhecerão no museu uma função muito maior que a preservação, mas a possibilidade de refletir sobre meio ambiente e todos os seus desdobramentos, pelo simples fato de ser um dos lugares, por excelência, no qual se pode delimitar a Natureza para conhece-la e classifica-la, tornando mais complexo nosso conhecimento acerca dela.

Por fim, o texto de L. Suescun e Tereza Scheiner que novamente segue a trilha de expandir a interpretação do espaço museológico para “A linguagem expositiva e o modo como se apresenta no Jardim Botânico do Rio de Janeiro”. Ícone dentre os principais pontos turísticos da antiga capital brasileira, o jardim botânico foi fruto da vinda da Família Real portuguesa ao Brasil, no século XIX. A partir dessa perspectiva, o jardim reflete e apresenta os anseios dessa nobreza que chegava ao Mundo Novo, que esperava por áreas de descanso junto da Natureza. A coleção do Jardim Botânico reforça a possibilidade de interpretar o espaço museológico para fora de seus espaços convencionais e dito informacionais, como o museu ou o arquivo.

O jardim, o parque, as coleções de Medicina e Engenharia não seriam, por ventura, os principais veículos intencionados de estudo e aprendizado sobre Museologia.

Todavia, essa esfera do conhecimento que debatemos no seminário em questão se preocupa com uma nova configuração do museu, que não é aquela do museu da Antiguidade, o museion, e não é o museu do início do século XIX. O museu de hoje tem, por dever inclusive, estar aberto para não só guardar, mas auxiliar as pessoas a compreenderem melhor o mundo, aprender e apreender.

Nesse sentido, o trabalho de Michel de Certeau (2007) pode nos ajudar na compreensão e ampliação nas possibilidades de pensar o museu. Tratando de cultura, o autor explica que essa utiliza-se de táticas e estratégias, muitas vezes onde menos se esperaria, justamente porque ela é tão maleável como o ser humano que a produz e reproduz, adaptando-se.

As práticas religiosas, por exemplo, ainda que pensemos em religiões ditas tradicionalmente presentes na história da humanidade nos últimos dois milênios, não são as mesmas de quando se originaram. Táticas e estratégias são importantes, assim como na guerra, quando há ameaças e intempéries, fazendo com que os homens se adaptem e assumam novas ações para manutenção da cultura.

Assim também, a prática museológica – pensando essa prática como sendo a vivência (primeiramente, do profissional diante do espaço, em todos os seus aspectos – bem como a relação do visitante com o museu) – transforma-se dia-dia, fazendo com que uma coleção arte, histórica, uma coleção de História Natural, um parque, um jardim, um conjunto de maquinarias e uma coleção de objetos ligados ao ofício do médico sejam sim espaços produtores, reprodutores de conhecimento, os quais documentam a cultura material, a inovação tecnológica e a nossa relação com a Natureza no mundo em que vivemos. E sendo muitas destas coleções universitárias por excelência a sua natureza profundamente pública faz com que sejam palcos óbvios de comunicação / discussão da cultura e da ciência. Para além disso, os museus universidades cada vez mais aspiram a ser fóruns da cultura atual, constituindo-se em lugares de discussão e diálogo (mas também de confrontação e experimentação) de problemáticas relevantes para a condição contemporânea em vez de meros intérpretes das coleções. Se qualquer museu compreende ser esta, atualmente, uma das suas principais missões, não terão os museus universitários essa responsabilidade duplamente? Se esta é uma necessidade real e urgente para todos os museus mais será para os museus curadores de coleções constituídas, na sua maioria, a partir do desenvolvimento de experiências e investigação ou de objetos que apoiavam / apoiam o ensino das diversas disciplinas. Todos reconhecemos o valor dos museus como fontes de imaginação, inspiração e aprendizagem ao longo da vida, sendo

as suas coleções um recurso excepcional que permite a criação de contextos de aprendizagem performativa; quer dizer, que se apoiam na experiência e que têm em conta a experiência. Para além das parcerias óbvias com o sector de educação formal muitas outras se podem estabelecer tendo em vista estes objetivos. As clivagens existentes remetem-nos para as questões de acessibilidade em relação às quais os museus de história natural e de ciência, em particular, têm um papel a desempenhar na exploração da ciência e no apoio à aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado, aprender não faz parte só do desenvolvimento de novas capacidades e aptidões e da vantagem económica que as sociedades devem cultivar. Aprender é igualmente central para a forma como desenvolvem novas formas de auto-governança. Quaisquer que sejam as novas formas de cidadania e de envolvimento democrático das comunidades nas decisões que afetam a nossa sociedade, estas formas dependem de noções radicais de informação, debate, diálogo, comunicação.

Esta abordagem exige uma mudança em termos de centralidade. O foco dominante da cultura museológica reside sobretudo na acumulação e gestão das suas coleções. Não temos qualquer dúvida que a gestão de coleções e a sua investigação é uma das funções básicas e essenciais de qualquer museu e que deve ser desenvolvida com o maior profissionalismo de acordo com políticas e procedimentos aceites pela profissão. Os resultados positivos desta abordagem refletem-se na melhor gestão e organização das coleções universitárias e num melhor planeamento das suas ações. Refletem-se, igualmente, nas próprias políticas de investigação das universidades e na utilização das coleções como verdadeiros recursos científicos e de ensino. Porém este foco interno precisa ser equilibrado com uma maior centralidade das complexas questões sociais e da natureza dos públicos na sua procura de relevância. Esta procura de equilíbrio exige, para além de investigação nestas áreas de estudo, envolvimento e pró-atividade. Pressupõe, logicamente um alargamento considerável do que supomos serem os públicos de museus universitários e outros.

Este reposicionamento e procura de equilíbrio reflete-se nos programas de comunicação propostos por estes museus, nomeadamente, nas suas exposições. É ainda indispensável referir que este reposicionamento se relaciona igualmente com a necessidade de materializar em exposições uma visão atualizada da natureza da ciência. Por outro lado, não podemos também esquecer que, hoje em dia – e cada vez mais –, compreendemos que a ciência não pode ser isolada nem dos seus contextos nem dos seus próprios processos e lutas de produção. A ciência é, na verdade, dominada pela controvérsia e pela refutação, por verdades

provisórias. Infelizmente, este tipo de coleções tende a não estar relacionado com os seus contextos, suprimindo, desta forma, o seu contexto funcional e histórico e isolando-as dos fatores económicos e sociais, entre outros. Por outro lado, os processos, as clivagens e as lutas (internas e externas) que fazem parte do fazer ciência continuam, frequentemente, a ser, igualmente, omitidos. Assistimos, por isso, à apresentação de uma ciência divorciada dos seus contextos que não favorece a compreensão de como é que o conhecimento científico e tecnológico é verdadeiramente produzido. Se estas são abordagens difíceis de concretizar não parece que fujam, como alguns defendem, às artes da museologia e da interpretação: a sua visibilidade pode ser tão ou mais impressionante que a mera exposição isolada de objetos tecnológicos. É verdade que o paradigma científico atual tem dificuldade em se materializar nas nossas exposições. Porém, seria exatamente a exposição deste paradigma científico que apoiaria a configuração do “Museu-fórum”. Este tipo de exposições teria que apresentar a ciência enquanto rede de processos e entidade cultural em contexto. Ao apontarem as dinâmicas sociais e culturais revelariam os processos de descoberta, disseminação e refutação introduzindo, inevitavelmente, elementos de controvérsia. A filosofia e a sociologia do conhecimento poderiam enriquecer esta abordagem, explorando questões que dizem respeito à própria natureza construída do conhecimento.

Só contrariando a tendência de introversão da comunidade profissional conseguiremos (re)estabelecer o interesse público na ciência em geral e em relação a estas coleções / museus, em particular, e quebrar o isolamento da ciência em relação a outras formas de aprendizagem e da cultura². Neste contexto torna-se, ainda, essencial compreender a investigação no domínio académico como estando aberta ao escrutínio público e à transparência. É, ainda, fundamental promover debates éticos que promovam o diálogo entre cientistas, políticos e públicos. A maior abertura da comunidade científica e divulgação do seu trabalho – nomeadamente em exposições e outros programas museológicos relacionados com a investigação desenvolvida no âmbito da universidade que promovam a inclusão e acessibilidade – é essencial se queremos encorajar um clima de opinião pública que apoie a investigação científica. Por outro lado, se a riqueza futura e o bem-estar da sociedade depende criticamente do entusiasmo dos mais jovens em seguir carreiras científicas, parece-me que os museus devem participar fortemente

2 Claro que isto também quer dizer que estes museus têm que ser relacionais, acolhendo outros olhares e outros saberes.

e criativamente em todas as iniciativas promovidas neste sentido, reforçando a ideia da necessidade de reformular a natureza dos públicos destes museus. Não podemos esquecer, ainda, que esta maior visibilidade através dos seus museus reforçaria e, certamente, que contribuiria para os objetivos estratégicos da universidade em termos do seu posicionamento internacional.

E ousamos reforçar que, como espaços responsáveis pela guarda, os museus não podem ser unicamente o centro de nossas reflexões nesse caso. Pense-se na história do Jardim Botânico carioca, e mesmo na história que compõe a coleção ceroplástica de um museu de anatomia. Os objetos dessas coleções são agenciadores, promovem inferências (conforme Bezerra de Meneses sugere no que tange ao museu, pensando o museu e a cultura material [1994; 1998]), e essas levam-nos às biografias de objetos (assim como Arjun Appadurai (2006) retoma na análise da mercadoria, esse objeto que constrói por excelência biografia do momento de seu fabrico até seu uso e circulação), narrativas construídas pelos homens acerca desses objetos, todavia tão ricas em possibilidades, que nos mostram como, de fato, vivemos em uma relação muito mais ampla do que apenas entre homens e mulheres, mas entre esses, objetos, plantas e animais, com os quais estabelecemos relações e formamos redes, associações que o tempo todo se fazem e desfazem.

Referencias Bibliográficas.

APPADURAI, Arjun. Introduction: commodities and the politics of value. In _____. The social life of things: commodities in cultural perspective. Cambridge/Inglaterra, Cambridge University Press, 2006, pp. 3-63.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis/RJ, Ed Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo, Martins Fontes, 2005.

LÉVI-STRAUSS. O pensamento selvagem. Campinas/SP, Papirus, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e cultura material. Anais do Museu Paulista, vol. 2, São Paulo, Universidade de São Paulo, jan./dez. 1994.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, n. 21, 1998, p. 89-103. Disponível em

<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2067/1206>.

Acesso em 18 out. 2010.

